

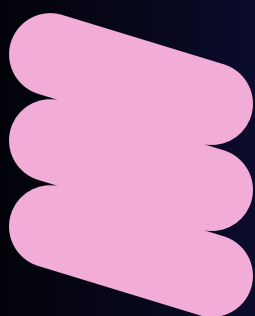
IRDR

INCIDENTE DE RESOLUÇÃO
DE DEMANDAS
REPETITIVAS



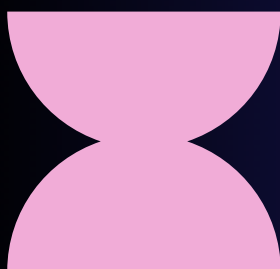
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
do Estado do Espírito Santo

O QUE É O IRDR?



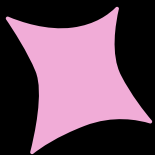
O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) é um instrumento processual criado pelo Código de Processo Civil de 2015 (artigos 976 a 987), destinado a uniformizar a jurisprudência e solucionar controvérsias jurídicas repetitivas que possam comprometer a isonomia e a segurança jurídica.

REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE



O IRDR somente pode ser instaurado quando presentes, de forma simultânea:

- Existência de efetiva repetição de processos que discutam questão de direito material ou processual idêntica;
- Risco de ofensa à isonomia ou à segurança jurídica;
- Existência de um processo pendente de julgamento perante o Tribunal;
- Inexistência, nos Tribunais Superiores, de recurso repetitivo afetado sobre a mesma matéria (artigo 976, §4º, do CPC).

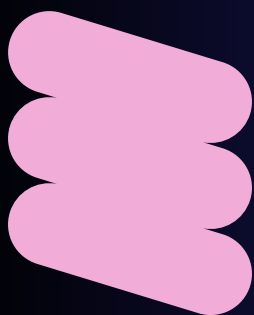


QUEM PODE SUSCITAR?

Juiz ou Relator do processo: Por meio de ofício

Partes, Ministério Público e a Defensoria Pública: Por petição

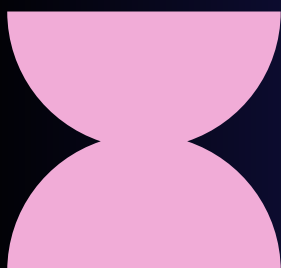
QUANDO SUSCITAR?



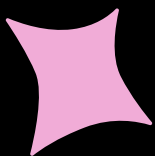
O incidente deve ser suscitado antes do início do julgamento:

- Do recurso no processo paradigma (também chamado de causa-piloto); ou
- Do processo de competência originária do Tribunal.

FINALIDADES



- Uniformizar a jurisprudência: pacifica divergências sobre questões recorrentes;
- Assegurar isonomia e segurança jurídica: garante que situações semelhantes tenham decisões idênticas;
- Promover celeridade processual: evita a multiplicação de decisões conflitantes e racionaliza a prestação jurisdicional.



A instauração do IRDR não gera cobrança de custas processuais

Efeitos práticos do IRDR:

Após o julgamento, é fixada uma tese jurídica vinculante, que deverá ser obrigatoriamente aplicada:

- A todos os processos que tratem da mesma questão de direito, inclusive futuros;
- No âmbito de jurisdição do Tribunal em que foi instaurado.

A inobservância da tese poderá ensejar reclamação (artigo 988, inciso III, do CPC), ressalvada a possibilidade de distinção em razão de especificidade relevante do caso concreto (*distinguishing* - artigo 14 da Recomendação CNJ nº 134/2022).

NUGEPNAC

**NÚCLEO DE GERENCIAMENTO
E AÇÕES COLETIVAS**

TELEFONE: (27)3334-2170
E-MAIL: NUGEPNAC@TJES.JUS.BR
PÁGINA INSTITUCIONAL:
[HTTPS://WWW.TJES.JUS.BR/INSTITUCIONAL/VICE-PRESIDENCIA/NUGEPNAC/](https://www.tjes.jus.br/institucional/vice-presidencia/nugepnac/)



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça
do Estado do Espírito Santo